



# Anais da Assembléia

Nº 19

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados David Cheriegate e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE.

### Requerimentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER data vênua, seja consignado na ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo passamento, ocorrido às 03 horas da madrugada de ontem, em São Paulo, de Dom GERALDO FERNANDES, Arcebispo de Londrina.

Requer outrossim, seja a decisão desta colenda Casa transmitida ao Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, e à Arquidiocese de Londrina.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1982.

(aa) VALDUGA

JOSÉ TAVARES

### JUSTIFICATIVA.

Aos 69 anos deixou nosso convívio Dom [Geraldo Fernandes. Encontrava-se o pranteado sacerdote de Deus, internado no Hospital do Coração em São Paulo, para substituição da válvula mitral. Para lá fora levado há mais de um mês, após sofrer uma embolia cerebral. Desde então, não recobrou a consciência e, na madrugada do último dia 29, por volta das

três horas, faleceu.

O passamento de Dom Geraldo Fernandes vem de causar profunda consternação em todo o Estado e em todo o País. Era uma figura carismática. Dotado de notável paciência, soube, ao longo dos anos, merecer a admiração e o acatamento de quantos o acompanharam, na sua trajetória de luz.

No período de 1975 a 1979, foi Dom Geraldo Fernandes vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, assumindo várias vezes a Presidência, em virtude do estado de saúde de Dom [Aloísio Lorscheider.

Nasceu o saudoso Arcebispo de Londrina, no dia 02 de fevereiro de 1913. Foi ordenado padre em 1936, em Roma, vindo em seguida para Curitiba, onde permaneceu até 1954. Na Arquidiocese de Curitiba, ainda padre, foi confessor do então Arcebispo Dom Ático, que morreu em seus braços, em 1950. Foi ainda orientador e assessor de Dom Manoel da Silveira D'Elboux, Arcebispo de Curitiba, de 1950 a 1970.

Após 1954, Dom Geraldo Fernandes foi transferido para São Paulo, tendo sido, no dia 13 de fevereiro de 1957, escolhido Bispo de Londrina - o primeiro da recém criada Diocese. Em 1970, foi nomeado Arcebispo de Londrina, assumindo dia 21 de março do ano seguinte.

Foi fundador, ao lado da Irmã Milito, da Congregação das Irmãs Claretianas, hoje com 500 religiosas atuando na África, Índia, Europa, América Latina e especialmente no Brasil. Possuía profundos conhecimentos jurídicos-ecclesiais. Na Arquidiocese de Londrina, edificou a Catedral Metropolitana, os Seminários Menor e Maior, o Centro Pastoral e outras obras de profundo sentido social, humano e cristão.

Londrina e o Paraná choram com grande emoção a perda de um grande amigo e apóstolo. Sereno, capaz, piedoso, soube, na pregação prática do Evangelho de Jesus, exemplificar, como Cristo, a suprema humildade, a consciência do Bem e o acendrado amor ao próximo.

Foi um mestre, clarividente e operoso, santificado pelo trabalho perene de construção de uma sociedade mais participante e mais cristã, mais temerosa dos desígnios de Deus.

Sua morte abre uma grande lacuna.

Sua morte deixa ao desamparo milhares de seguidores fiéis, Amigos e Irmãos, que viram no seu talento e na sua dedicação a exaltação da Fé e a confirmação dos sagrados mistérios de Deus.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEREMOS a dispensa da Redação Final para os Projetos de Resolução números 117 e 118/81.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1982.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

TRAJANO BASTOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de telex ao Presidente da República, ao Conselho de Segurança Nacional, ao INCRA, Ministério da Justiça, Ministério do Interior, Lideranças dos Partidos com assento no Congresso Nacional e Senado Federal, solicitando:

1) — que sejam incluídas como áreas usucapíveis as terras públicas não devolutas, desde que as terras sejam para utilização nos limites de economia familiar,

2) — que seja diminuída a área designada como faixa de fronteira, uma vez que 150 km de faixa interna, de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, praticamente anulará qualquer efeito pretendido pela lei de usucapião especial, em especial na região sul do Brasil.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

É grande a frustração de milhares de posseiros ou pequenos ocupantes de terras, produtores das riquezas que ampliam a capacidade deste Estado em exportar e garantir divisas necessárias ao País, diante da impossibilidade de demandar judicialmente pela posse da terra em que vivem e trabalham.

Apenas na Região Sul, onde é grande a densidade populacional e as fronteiras agrícolas já se confundiram com as fronteiras políticas, há uma grande parcela da população rural nesta situação. No Paraná, as regiões Oeste e Sudoeste estão incluídas nas faixas de fronteira. Como sabemos, nestas áreas é impedido o direito de usucapir. É insuscetível o direito ao usucapião especial, única forma que teriam os camponeses de garantir o seu pedaço de terra.

Acreditamos que a demarcação em 150 km da faixa interna paralela à linha divisória do território nacional como área de fronteira, anula os efeitos pretendidos pela lei de usucapião especial, especialmente na Região Sul do País. Esta faixa, pela sua própria localização, foi a última a ser ocupada e desbravada.

Nela, portanto, se concentram os problemas de posse e domínio de terras. Ali se faz necessário o remédio pretendido pela lei de usucapião especial com mais evidência.

O Governo tem instrumentos e condições de fazer valer, com tranquilidade, o direito ao usucapião especial nas áreas de fronteira. Mais importante ainda, é constatar que nestas áreas teria a Nação interesse em ver a paz social garantida. Em nome da própria segurança nacional, se faz necessária a regularização das terras que impeçam conflitos que se tomaram permanentes. O direito ao usucapião especial trará paz e bem-estar social a milhares de pequenos agricultores em situação precária e que esperavam o benefício dessa legislação para ver garantidos seus direitos legítimos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, do artigo intitulado "UM ÍNDIO É UM ÍNDIO", de autoria do Dr. ADOLPHO MARIANO DA COSTA, publicado no jornal "O Paraná", de Cascavel, no dia 29 de novembro de 1981, conforme cópia anexa.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo "UM ÍNDIO É UM ÍNDIO", de Adolpho Mariano da Costa, vem retratar com invejável perfeição a situação do índio brasileiro. Historiando resumidamente as diferentes fases da ocupação do solo brasileiro, o autor mostra como o primeiro habitante desta terra do pau-brasil, sempre se mostrou como um empecilho para o desenvolvimento e o progresso desejados pelos mais diferentes colonizadores. Ainda hoje os índios, apesar da proteção das leis, são incômodos à política adotada pelos nossos governantes.

O Dr. Adolpho Mariano da Costa, lutador incansável pelos direitos dos fracos e oprimidos, com incrível maestria, assume a defesa dos fracos, de todos os fracos e dos oprimidos, de todos os oprimidos, ao escrever o brilhante artigo "UM ÍNDIO É UM ÍNDIO", e como tal as palavras daquele brilhante

bacharel são merecedoras de constar nos Anais deste Poder, pois temos certeza que nossos filhos e os filhos dos nossos filhos, se orgulharão de que houve uma voz, uma idéia e uma palavra corajosa que defendeu os últimos habitantes naturais desta terra.

#### Projetos de Lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 31/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

O Dr. Luiz José Guimarães Falcão, eminente Magistrado junto ao Tribunal Superior do Trabalho, através do seu profícuo e incansável trabalho junto ao Tribunal Superior do Trabalho, tem elevado o nome de nosso Estado junto à cultura forense trabalhista nacional.

O Curriculum Vitae, que anexamos ao presente, comprova a capacidade do jurista, bem como da justeza da homenagem que ora propomos, seja-lhe outorgado pelos paranaenses, concedendo a este gaúcho a cidadania paranaense pelo seu trabalho em prol do Paraná.

#### CURRICULUM VITAE

##### 1. DADOS PESSOAIS

###### 1.1. — NOME

1.1.1 — LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

###### 1.2 — FILIAÇÃO

1.2.1 — JOÃO GOMES FALCÃO

1.2.2 — MARIA MELLO GUIMARÃES FALCÃO

###### 1.3 DATA DE NASCIMENTO

1.3.1 — 16 de maio de 1934

###### 1.4 — NATURALIDADE

1.4.1 — PORTO ALEGRE — Rio Grande do Sul

###### 1.5 — NACIONALIDADE

1.5.1 — Brasileira

###### 1.6 — ESTADO CIVIL

1.6.1 — Casado

###### 1.7 — PROFISSÃO

1.7.1. — Magistrado — Ministro do Tribunal Superior do Trabalho — T.S.T.

###### 1.8. — DOCUMENTOS PESSOAIS

1.8.1 — Carteira de Identidade nº 1840.241 - SSP — PR.

1.8.2 — Título de Eleitor nº 4460/A — 1ª Zona

1.8.3 — CPF nº 000584070-20

###### 1.9 — ENDEREÇO

1.9.1 — Rua da Glória, 108 - Curitiba PR - resid.

1.9.2 — S.Q.S. 316 - Bloco A — Apt. 302 - domic.

1.9.3 — T.S.T. — Praça dos Tribunais Superiores —

Funcional.

##### 2. FORMAÇÃO BÁSICA E CULTURAL

2.1 — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bel. em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - RS, em 19/12/58.

##### 3. CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO

3.1. Bolsista do Instituto de Cultura Hispânica, tendo feito estágio de setembro a dezembro de 1964, em Madrid,

Espanha, junto ao Tribunal Central do Trabalho.

#### 4 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

4.1 - Consultor Jurídico da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio Grande do Sul, de 1958 a 1962.

4.2 - Consultor Jurídico da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Rio Grande do Sul, de 1958 a 1962.

4.3 - Consultor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, e de Material Elétrico de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, de 1958 a 1962.

4.4 - Consultor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, de 1958 a 1962.

4.5 - Consultor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Trigo, Milho, Soja e Mandioca de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 1958 a 1962.

4.6 - Consultor Jurídico do Sindicato dos Operadores Cinematográficos de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 1958 a 1962.

4.7 - Consultor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 1958 a 1962.

4.8 - Consultor Jurídico do Grupo Atlântica de Seguros, integrado pelas seguintes seguradoras: Atlântica, Transatlântica, Ultramar e Oceânica, hoje, Grupo Boa Vista de Seguros, de 1958 a 1962.

4.18 - Professor de Ciência das Finanças, da Faculdade de Direito de Santo Ângelo - Rio Grande do Sul, 1965.

4.19 - Professor de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito de Santo Ângelo - Rio Grande do Sul, 1965.

4.20 - Professor de Cultura Brasileira da Faculdade de Filosofia e Letras de Lageado, Rio Grande do Sul, em 1969.

4.21 - Professor de Direito do Trabalho I e II, da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, a partir de março de 1977.

4.22 - Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, desde 02.07.81.

#### 5 - ATIVIDADES CULTURAIS E SOCIAIS

5.1 - Participante do 1.º Seminário Sobre Aspectos Jurídicos do F.G.T.S., realizado em 1968, em Porto Alegre, tendo sido relator de tese.

5.2 - Participante do 3.º Seminário Sobre Aspectos Jurídicos do F.G.T.S., realizado em 30.06.77 a 02.07.77, em Curitiba - PR, tendo sido revisor de tese.

5.3 - Participação no 1.º Encontro de Juizes do Trabalho, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho e a Associação dos Magistrados do Trabalho da 9.ª Região.

5.4 - Palestra sobre Acordos e Convenções na X Semana Sindical, realizada em Itajaí - SC, em março de 1978.

5.5 - Conferências realizadas no Curso de Administração Sindical patrocinado pelo Ministério do Trabalho, em outubro e novembro de 1978, sobre Organização Sindical Brasileira, nas seguintes cidades: Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

5.6 - Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 4.ª Região, no biênio 1969/1970.

5.7 - Secretário da Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, no triênio 1974/1976.

5.8 - Membro do Conselho da Federação Nacional das Associações Cristãs de Moços.

5.9 - 1.º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, biênio 1978/1980.

5.10 - Secretário da Comissão Construtora do Estádio Beira-Rio, de Porto Alegre - RS, de 1963 a 1969.

5.11 - Vice-Presidente do Sport Club Internacional de Porto Alegre - RS, em 1970 e 1976.

5.12 - Debatedor em Seminário Sobre Direito Sindical, organizado pela Câmara dos Deputados.

#### 6. - TÍTULOS

6.1 - Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho, com sede no Rio de Janeiro.

6.2 - Membro do Instituto de Direito do Trabalho e Previdência Social de Minas Gerais.

6.3 - Patrono de Turma de Formandos da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná - Turma de 1978.

6.4 - Membro do Instituto Íbero-Americano de Direito do Trabalho.

6.5 - Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, desde 11.08.1979.

6.6 - Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, desde 03.08.1981.

6.7 - Patrono da Turma de Bacharelados da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná.

Brasília, 1.º de outubro de 1981.

a) LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

#### PROJETO DE LEI N.º 32/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ - SECEP", com sede e foro na cidade e Comarca de Curitiba e área de atuação em todo o Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1982.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade objeto do presente projeto de lei de declaração de utilidade pública estadual, "SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ - SECEP", foi fundada, após intenção e estudo de viabilidade minucioso de suas integrantes, em 31 de maio de 1980.

A "SECEP", originalmente constituída por oito entidades membro, conta hoje em seu quadro associativo com nove componentes, ou seja, a totalidade de casas de estudantes estruturadas no Estado do Paraná.

Antes de falar-se em Secretaria de Casas de Estudantes, é imperioso que se fale das entidades membros, algumas surgidas mais recentemente, outras já tradicionais no atendimento do estudante carente, como a Fundação Casa do Estudante Universitário - CEU com mais de 30 anos de funcionamento, a Casa do Estudante de Curitiba - CEUC e a Casa do Estudante Luterano Universitário - CELU com mais de 10 anos de atividades.

É reconhecido hoje por toda a comunidade universitária e a sociedade em geral os benefícios que as Casas de Estudantes prestaram e prestam amparando universitários de outras cidades e até outros estados e países que aqui vieram frequentar estudos superiores, sendo que a história do Paraná aponta hoje nomes de destaque que passaram por elas.

As Casas, em quase sua totalidade, são administradas pelos próprios moradores, com o apoio, ou de fundações e instituições particulares e cooperação paralela dos órgãos oficiais da área educacional.

Da mesma forma os que conhecem a vida universitária do Paraná sabem que as Casas, principalmente as mais antigas, atravessaram períodos de relativas dificuldades, às vezes de grande porte, mas todas elas, sem exceção, não persistiram, graças às arrojantes iniciativas de seus moradores.

Verificando tanto os benefícios como as dificuldades, e

acima de tudo objetivando uma sempre maior participação do estudante na vida comunitária, é que as Casas tomaram por iniciativa fundar uma entidade maior no Estado, cujos objetivos, segundo a própria definição na carta constitutiva, são, entre outros "promover o entrelaçamento e intercâmbio entre as Casas de Estudantes e comunidade em geral, através de atividades culturais, esportivas e sociais" e "na medida do possível promover atividades de assistência social junto à comunidade em geral" e ainda "trabalhar pelo engrandecimento do ensino no país, pela sua melhoria e por um auxílio econômico às moradias estudantis".

Como se vê, estavam os mentores da entidade não apenas interessados em beneficiar as associadas à SECEP, mas também contribuir com diversos setores, notadamente da área sócio-cultural, como forma de retribuir à comunidade os recursos desta auferidos, mesmo que de forma indireta, através das subvenções dos órgãos oficiais.

Dessa forma podemos considerar a "SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ - SECEP" como entidade de alto cunho representativo e assentado em intenções, objetivos e interesses de elevada natureza social e cultural.

Aliás, isto claramente evidencia-se através de vistas ao Relatório de Atividades apresentado pela entidade no seu período de funcionamento.

Realizou a SECEP, além das formalidades legais de praxe, como trabalho pioneiro e reconhecidamente dignificante, o desenvolvimento de atividades de assistência social junto ao Lar dos Meninos do Xaxim, compreendendo realizações de cunho recreativo, assistência médica e odontológica e o desenvolvimento de uma horta comunitária.

Ainda no setor comunitário, é necessário citar a mobilização das integrantes da SECEP, através de seus moradores, quando da campanha anti-fumo desenvolvida pela Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, angariando inclusive com esta campanha fundos destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Preocupados em aprimorar suas formas e diretrizes de participação comunitária, realizou a entidade um treinamento em "Ação Social junto a Grupos Comunitários", com temas proferidos por professores de alto nível, além de debate com personalidades públicas do Paraná sobre moradia estudantil e educação de forma geral.

Louve-se de igual forma as diretrizes da Secretaria no que tange a orientação às suas integrantes no campo administrativo, concorrendo para uma efetiva atualização e especialização da administração das entidades de moradia estudantil.

A SECEP presta às suas componentes assistência exemplar no carreamento dos recursos da área estadual e federal, evitando a polarização ou omissão na destinação de recursos, servindo a SECEP, desta forma de maneira participativa, como assessora da própria Secretaria de Estado da Educação e da Coordenação de Assistência ao Educando do Ministério da Educação e Cultura.

Destaca-se aí a efetiva participação da SECEP no processo de aquisição de uma unidade física própria para a Casa do Estudante de Ponta Grossa - CEUPG, cujas negociações encontram-se em estágio avançado.

Em suma, declarar de utilidade pública a Secretaria de Casas de Estudantes do Paraná - SECEP é reconhecer a importância desta organização no meio universitário e social do Estado e permitir e auxiliar a continuidade de tão profícuo trabalho, envolvendo hoje nove Casas e 849 moradores, assim distribuídos:

Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná - CEU, 426 moradores.

Casa da Estudante de Curitiba - CEUC, 108 moradoras.

Casa do Estudante Luterano Universitário - CELU, 88 moradores.

Lar da Acadêmica de Curitiba - LAC, 40 moradoras.  
Casa do Estudante Nipo-Brasileiro - CENIBRA, 66 moradores.

Lar do Jovem Estudante Luterano - LAJEL, 36 moradores.

Lar de Moças Evangélicas de Curitiba - LAMEC, 15 moradoras.

Casa do Estudante Universitário Pontagrossense - CEUPG, 30 moradores; e,

Casa do Estudante Universitário de Londrina, CEUL, 40 moradores.

Diante da exposição declinada, solicitamos a aprovação dos Senhores Deputados ao projeto de lei em questão.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está finda a leitura do expediente.

Nos termos do Regimento Interno, Resolução 23/69, a Sessão de hoje é dedicada à comemoração do evento de 31 de março.

Assim sendo, ambos os expedientes são dedicados especialmente à comemoração da data.

Está inscrito pelo PMDB o Deputado Gernote Kirinus, a quem concedo a palavra.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Revolução de 31 de março de 1964, de triste memória à Nação brasileira - um casuísmo de injustiças, peleguismo e tirania.

Mais um ano da Revolução de março de 64. Somam-se a esta data, mais dezesseis anos nos quais o povo brasileiro continua vivendo angústias incontidas, esperanças suprimidas, opressão e perseguição.

A Revolução de março de 64 há muito tempo perdeu seus objetivos, iniciou um regime doutrinário de patrulhamento ideológico com a censura e a auto-censura, numa determinante de levar a opinião pública a crer nos desmandos de nossos governantes diante do crescimento do poder das multinacionais que se instalaram em nosso País, levando-nos aos mais altos índices de exploração.

Proibiu-se e suprimiu-se na base da força, da opressão e da pancada os grevistas em todos os pontos da Nação brasileira, que revoltados com a situação de miséria e de desrespeito a seus direitos, saíram às ruas clamando por justiça.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisarmos os dados e os acontecimentos para que não atropelemos a verdade, como faz o Governo da Revolução, o sistema da imposição e o Governo do casuísmo contra os direitos de nosso povo.

O Governo que aí está deve muitas explicações à nossa gente, e até agora tem apenas prorrogado sua posição a qual entendemos não ser nada tranqüila e estar piorando a cada medida casuística que o Governo toma, frontalmente contra a verdade e o desejo popular.

A Revolução promessa, esgotada em seus objetivos, passou a ser promessa de governos incompetentes e prepotentes.

O PDS (sustento político) da Revolução de 64, nada mais é do que uma camuflada oposição à democracia nos dias de hoje.

A verdade pode inclusive atingir-nos em alguns aspectos pela omissão ou até mesmo pela falta de coragem, mas explode com os detentores do poder, tal qual a "bomba do Riocentro", e do episódio o Governo nada mais disse, nada mais explicou.

O casuísmo aí está neste ano eleitoral, provando a todos, que o Governo realmente deve cair - não será preciso derrubá-lo, cairá - devido a podridão de seus atos, onde na galeria dos corruptos, tremem os grandes nomes responsáveis pelas bandalheiras cometidas contra o povo e a Nação brasileira, escudados pela bandeira mentirosa e escondida com o tempo,

da programática revolucionária de março de 1964.

A dívida externa aumenta; aumenta o número de bóias-frias; as greves são indicativos de inconformismo, o salário mínimo é atestado de miséria ao trabalhador; não surge a Reforma Agrária mas, pelo contrário, aumenta a concentração das terras.

Mas, surgem os escândalos como o rombo da Previdência Social, o aumento da mortalidade infantil e o analfabetismo, mas os nababos continuam engordando, endividando a Nação e enganando o povo.

Enquanto entregam nossas riquezas ao imperialismo estrangeiro.

E será o povo que contra esta mesma Revolução de 31 de março de 64, haverá de contrapor a sua "Revolução" de 15 de novembro.

A revolução do voto na cruzada pela moralização e naturalização do que pouco ainda nos resta desse gigante verde-amarelo, ainda não contaminado pelo câncer do entreguismo, da subserviência ao capital estrangeiro."

E a propósito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do aniversário dessa revolução de triste memória para os brasileiros, gostaria de ler e pedir ao mesmo tempo que passe a ser considerado transcrito nos Anais da Casa, a "Denúncia à Nação" recebida do nosso grande Líder Ulisses Guimarães e que passo então a ler:—

#### "DENÚNCIA À NAÇÃO

O PMDB decidiu levar ao povo a denúncia contra a insolência e a afoiteza de mais um atentado dos donos do poder à Constituição.

O Governo perdeu toda a cerimônia no uso de mesquinhos expedientes, que visam manter o poder a qualquer preço, e com esse objetivo, passou a adotar medidas que constrangeriam as mais primárias ditaduras. Golpeando a própria Constituição imposta à Nação, ferindo os princípios de igualdade perante a lei e de equidade, que as sociedades modernas erigiram como padrão de justiça, o Governo só faltou decretar, de pronto, o resultado eleitoral sem voto. Seu propósito é abrir moratória para o aliciamento de filiações em seu próprio partido, e extinguir a votação de legenda - prática eleitoral vigente em todos os regimes democráticos do mundo.

A proposta oficial desatende tão clamorosamente aos princípios éticos e jurídicos, que o próprio Ministro da Justiça, na penosa exposição em que a justifica, informa que ela é fruto de sugestões de seu partido, e apenas dele. Não se ouviram os colegiados jurídicos, não se ouviram as lições e os conselhos da moral política e da lei, mas as sugestões dos interessados, dos que sabem que já não contam com votos para disputar eleições, e pensam, por isto mesmo, salvar-se, impingindo mais um pacote ao eleitorado. Perderam a confiança do povo. Perderam a chave real com que se abrem as portas da vitória eleitoral. Exercitam-se, assim, na arrogância de abri-las com o pé-de-cabra dos casuísmos.

Não serve, sequer, ao Governo o texto da lei eleitoral e da Constituição outorgada. Desce, então, sobre os diplomas jurídicos, a tesoura e a cola de seus expedientes. Faltam-lhe votos e escrúpulos. Sobra-lhe audácia. Julga poder fazer o que bem entende com a Nação, porque, segundo a própria linguagem de seus áulicos, "está com a faca e o queijo na mão". Mas o País não é um queijo, e o poder não é uma faca.

As estruturas partidárias ainda são imperfeitas e pedem reformulações. Foram geradas sob a influência do regime discricionário, comandado por Presidentes que o povo não esco-

lheu. Mas os reajustamentos necessários não podem ser apenas manobras oblíquas que golpeiam a Constituição.

O pacote de emergência, constante da Mensagem nº 6, não se atrita apenas com a lei, mas com o próprio zelo ético que deveria ter o Governo. Ele prorroga por seis meses o prazo em que qualquer pessoa pode mudar de partido. Entretanto, com uma condição expressa: que se mude o PMDB, mas não se mude para o PMDB.

Além disso, como no último pleito uma grande parcela do eleitorado preferiu omitir a indicação nominal dos candidatos, votando apenas na legenda partidária, e conferindo à oposição, por esse modo, cerca de dois milhões de sufrágios, contra menos de quinhentos mil atribuídos ao partido oficial, propõem agora os detentores eventuais do poder a extinção do voto de legenda.

O PMDB pede apenas ao povo que julgue essas duas propostas de fraude à verdade eleitoral, e tome nota dos nomes de seus autores. Até porque o laboratório clandestino das "químicas" do Governo já fomeceu um longo roteiro à aventura, pouco limpa, dos alquimistas que pretendem transformar a lei numa "guitarra" de votos. Para a conta de chegada das urnas, amaram uma contabilidade fraudulenta e montaram engenharias eleitorais inesperadas. Primeiro, impuseram a vinculação de votos à eleição de deputados estaduais e federais. Como nem isso foi suficiente, amarraram agora, numa penca única, prefeitos e governadores, vereadores e senadores, de modo a servir ao apetite do partido oficial, a cesta completa dos mandatos eleitorais. Confiscaram, assim, a área de escolha do povo, a quem não se dá nem o direito de defender-se no preço que paga pelo regime:— não pode sequer escalar suas opções, sendo obrigado a custear as eleições do Governo por atacado. O varejo passou a ser privilégio do Governo, vendendo seus decretos, suas leis e seus pacotes para cada caso específico.

Não será por falta de leis iníquas, produzidas em série pela fecundidade imaginosa dos leguleios, que o Governo perderá as próximas eleições. Também não as perderá por falta de cabos eleitorais, já que nesta função se engajam, com todos os recursos do Estado, os Ministros, os Governadores e o próprio Presidente da República. Não as perderá por falta de repressão de comunicação, abertos apenas para os representantes do Governo. Ele as perderá porque não tem votos, e porque nem mesmo as mais refinadas trapaças se podem transformar em votos.

Eles não têm votos porque estão no poder sem o beneplácito do povo. Eles não têm votos porque não respeitam o povo. Eles não têm votos porque não são democratas, tanto lhes fazendo uma democracia relativa como uma ditadura relativa. Eles não têm votos porque estão governando mal o País. Todas as propostas que diziam trazer ao País e ao seu desenvolvimento deram nisto que está aí.

O que está aí é um País devendo ao estrangeiro setenta e quatro bilhões de dólares, mesmo tendo pago, em 1981, 17,2 bilhões da dívida externa. O que está aí é um País cujo PIB per capita decresceu em 5,8 no ano passado, cabendo ao General João Baptista Figueiredo a triste glória de haver dado ao Brasil a maior queda de sua produção nos últimos 42 anos, e a maior inflação de nossa história. O que está aí é um País onde o salário-mínimo é inferior a 60 dólares reais - um dos mais baixos do mundo. O que está aí é um País que teve, no último ano, com a queda do PNB, um prejuízo de 6,8 bilhões de dólares - mais de 1 trilhão e 300 bilhões de cruzeiros, ao preço real da divisa forte. O que está aí é um País

no desemprego, no subemprego e na agonia de uma classe média que, só no ano passado, perdeu 15 por cento de seu poder aquisitivo. O que está aí é um País que não tem uma política econômica, fiscal e monetária, senão a que se coloca a serviço das multinacionais e de um sistema financeiro montado sobre a especulação e agiotagem. O que está aí é um País que teve de dar ao estrangeiro 72 por cento do valor global de suas exportações, para pagar juros e amortização da dívida externa.

O que está aí é um País com uma dívida interna astronômica que, só no setor habitacional, tem um déficit de 6,5 milhões de moradias, com mais de 32 milhões de brasileiros sem terem onde morar, sem uma casa digna desse nome.

O que está aí é um País que, tendo uma das maiores áreas agricultáveis do mundo, importa feijão, carne, leite, manteiga, arroz, cebola, e assim por diante.

O que está aí é um País sem gerência, mal governado, entregue à incompetência administrativa e à corrupção desenfreada, numa escala que nunca se conheceu em nossa vida de nação, no Império ou na República.

O que aí está é um País que, para remendar a incapacidade de seus maus governantes, procura cobrir seus déficits cortando a verba da educação, da saúde e da previdência social, tomando o dinheiro dos aposentados, dos velhos, dos pensionistas, dos órfãos e das viúvas, cometendo um daqueles sete pecados capitais que bradam aos céus — certamente mais grave do que aqueles outros, dos quais é tão zeloso o Presidente da República, ao preocupar-se como todos nós, com atentados ao pudor público, em nossa sociedade. Mas o pudor público não se limita a dois mandamentos da Lei de Deus. Abrange todos os outros, tantas vezes violados pelo Governo.

A escalada do arbítrio, na quebra das regras do jogo eleitoral, reflete a incerteza e a agonia de um governo desesperado. Seus porta-vozes já anunciam novas prestidigitagens para ampliar a trampolinagem no campo da lei eleitoral. Estamos certos de que não haverá casuísmo capaz de impedir a vitória da Oposição nas próximas eleições.

Só há uma fórmula para dar vitória eleitoral ao Governo: baixar um decreto, com artigo único, pelo qual haverá eleições, desde que fique proibida a contagem de votos. Porque, se contar, perde.

A Oposição está atenta e confiante na justiça do País. Sem outras armas que não a de uma fé inabalável no império da lei, o PMDB já derrubou outras medidas arbitrárias do Governo, que ele sim, radicaliza sua luta contra as liberdades populares. Foi com essa fé que a Oposição alcançou a rejeição, pelo Congresso, da sublegenda para o cargo de Governador de Estado. Foi com ela, finalmente, que o PMDB viu repelida pela Justiça a investida do Palácio do Planalto contra o direito de incorporação dos Partidos.

Anunciamos, enfim, ao povo brasileiro, com a mesma altivez com que derrotamos o arbítrio naqueles episódios, defenderemos, palmo a palmo, no Congresso, além de outras matérias, o direito de emendar a Mensagem número 6, sobre os prazos de transferência de partido e sobre o voto da legenda. O Governo pensa que pode muito, mas já lhe fizemos ver que não pode tudo. Não pode propor a alteração da Constituição sob pretextos fúteis, contrários às normas jurídicas e aos princípios éticos. Hoje, como ontem, todas as agressões à Lei Maior nos encontrarão pela frente, numa resistência irredutível contra o radicalismo da prepotência oficial. Assim há de ser, até o dia em que nas primeiras eleições limpas que houver, o poder seja devolvido na sua plenitude, ao povo brasileiro, pelas mãos dos que hoje representamos, no PMDB, a oposição nacional aos governos empossados sem voto.

Não permitiremos — e para esta decisão conclamamos o povo — que as eleições sejam armadas como uma farsa, com a máquina administrativa a serviço dos candidatos do Governo e com os titulares do Poder instrumentando, pela força de seus

cargos e com os recursos da Nação, as campanhas de seus correligionários. Não hesitaremos em bater à porta dos tribunais, para por termo a todo tipo de fraude contra o voto popular. Não abriremos mão de nenhum recurso legal para livrar o Brasil da incompetência e da corrupção deste perverso sistema de Governo.

Exortamos enfim, nossos companheiros no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais a que levem esta denúncia e este protesto aos correligionários e ao povo em geral, para que o PMDB possa, coeso e forte, barrar o caminho do Governo em todas as empreitadas de agressão à lei e aos direitos da sociedade.

Unidos poderemos apazuar os inimigos da democracia para o encontro nas urnas a 15 de novembro, quando nossa vitória há de restaurar a dignidade da vida pública, em nossa Pátria, realizando o compromisso maior do PMDB com a Nação, através da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Brasília, 24 de março de 1982".

É este o texto da mensagem "Denúncia à Nação", que hoje, nós, em comemoração a 31 de março, gostaremos de deixar registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Regimentalmente, a Hora do Expediente de hoje é destinada às lideranças, para homenagear a Revolução de 31 de Março de 1964.

Pelo menos é este o espírito da disposição regimental. Ouvimos o nobre representante da Oposição, nesta Casa, Deputado Gernote Kirinus que, ao invés de homenagear o movimento brotado do seio do povo brasileiro, o que ele registrou foi um verdadeiro libelo contra o movimento de março de 64.

É evidente que nós, representantes do Partido Democrático Social, que temos a obrigação, que temos o dever e que o fazemos até prazeirosamente, de dar sustentação aos Governos da Revolução, especialmente ao Governo do Estado, na pessoa do Governador Ney Braga, é evidente que não concordamos com as colocações feitas pelo nobre Deputado da Oposição, embora reconheçamos e até defendamos os seus direitos de dizer, de discordar, de dizer até inverdades, com relação ao movimento de 1964.

Agora, acho que é muito cedo ainda para uma análise, do que foi, do que está sendo, o movimento revolucionário de 1964. E ele não pode ser analisado sob uma visão maniqueísta: é bom ou é ruim. Mas deve ser analisado pelo surto extraordinário de progresso. E isso é inegável, nem a Oposição pode negar, pode duvidar ou pode provar, o surto de progresso e desenvolvimento que trouxe ao País, nesses últimos 18 anos. As distorções que se observaram ao longo desses anos, não vamos aqui analisar, buscar os culpados, os responsáveis. Apenas achamos que para sermos imparciais, temos que reconhecer que alguns erros foram cometidos; alguns erros de cálculo, de planejamento e da própria visão do desenvolvimento do País. O que hoje se condena como ruim, para o plano de obras a ser desenvolvido pelo Governo Federal.

Refiro-me, mais precisamente, às usinas nucleares, às construções das grandes hidrelétricas como Itaipu, como Tucuruí e outras. Uma recessão mundial, principalmente verificada no mundo ocidental, porque no lado de lá da cortina, ninguém sabe nada. O povo não tem liberdade para falar, para criticar, e para denunciar. Denunciou, criticou, vai para a



Sibéria, ou vai para o paredão. Então nós não temos conhecimento do que se passa do lado de lá da cortina, no mundo comunista. Mas, no mundo ocidental, sabemos que todos os países sofrem, no momento, uma recessão no campo econômico. Ora, a recessão também nos atingiu. Se nos atingiu, paralisou as atividades da indústria. Paralisadas estas atividades, é evidente que houve sobra de energia; é evidente que hoje é passível de crítica o programa energético brasileiro.

Temos que reconhecer também que, no prosseguimento da política econômica estabelecida pelo Primeiro Ministro do Planejamento da Revolução, se verificaram muitas distorções. Houve um certo protecionismo ao capital estrangeiro, em detrimento, evidentemente, da pequena e da média empresa brasileira.

Tudo isso reconhecemos. Agora, também reconhecemos a necessidade inadiável que tinha e que tem o Governo, de manter o crescimento do País, pelo menos em níveis aceitáveis. Porque nós sabemos que a cada ano, um milhão e meio de jovens ingressam no mercado de trabalho. E só um País com estrutura forte, com uma indústria emergente, com uma agricultura também forte, é que pode assegurar a existência desse milhão e meio de empregos que necessitamos anualmente.

Quer dizer, são problemas que surgem com a densidade populacional do País. Um País que ao final da Segunda Grande Guerra, contava com apenas 32 milhões de habitantes, e que hoje, enquanto as demais Nações do Ocidente, mais ou menos estabilizaram suas populações, o Brasil está hoje com cerca de 120 milhões de habitantes. Um país que cresce, que calça botas de sete léguas no seu crescimento populacional, exige também que o Governo agilize os seus mecanismos de implantação de infra-estruturas, a fim de que possam acompanhar esse crescimento.

Mas nós levaríamos aqui, se fosse possível um debate, se fosse permitido um debate, levaríamos aqui dias, semanas e até meses. A oposição combatendo do lado ideológico do movimento de 64, mas jamais podendo combater o programa de desenvolvimento do País, planejamento que se fez ao longo destes anos, para que o Brasil passasse de uma Nação subdesenvolvida, pelo menos para uma Nação consciente do seu poderio, da sua potência e do lugar que lhe compete no rol e na lista de todos os países desenvolvidos.

Pelo menos essas as boas intenções do Governo, que não se pode negar.

E, para rebater em parte aquilo que disse o nobre Deputado da Oposição, que acabou lendo um manifesto dirigido ao PMDB.

Então, manifesto por manifesto, vamos empatar, porque vou ler aqui também, a Ordem do Dia do Ministro do Exército, que retrata fielmente o que foi o movimento revolucionário de 64, sem demagogia, sem radicalismos, sem maniqueísmos.

Eu penso com isso, pelo menos, rebater críticas que considero infundáveis, que considero fruto de um posicionamento político e até ideológico do orador que nos antecedeu na tribuna.

Mas que não podemos rebater ponto por ponto, o que seria uma polêmica infundável, como eu disse há poucos instantes.

Mas, disse o Ministro Walter Pires, na sua Ordem do Dia: Hoje a Nação comemora o 18o. aniversário da Revolução de 64, que marcou o início de um novo período da nossa História. Faz quase duas décadas que as Forças Armadas convocadas pelo povo, e aí é inegável que houve essa convocação, só aqueles que têm memória fraca, ou que estão distanciados, ou que estão divorciados dos reais acontecimentos verificados no País em 1964, é que podem negar. Mas, — continua o Ministro — as Forças Armadas convocadas pelo povo se mobilizaram para impedir que o País tomasse o rumo que lhe queriam impor, uma minoria a serviço de interesses estrangeiros.

Porque, estrangeiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui quando se fala em interesses estrangeiros, parece que só os Estados Unidos da América que detêm o mando do mundo capitalista é que são estrangeiros, mas não, estrangeiros também se constituem nos Países da Cortina de Ferro, Rússia, Cuba, que tem interesses de subverter a ordem de um país, que tem interesse em que o povo brasileiro coloque freio, coloque brida, abduque do seu senso de liberdade historicamente tantas e tantas vezes comprovadas.

Não, interesses estrangeiros são de lado a lado. Lamentavelmente, estamos colocados numa posição em que estamos sujeitos, realmente, a influências de grupos estrangeiros, tanto comunistas como capitalistas.

Essa cerimônia simples e austera que hoje se realiza em diversos pontos de nosso território, é dedicada a relembrar esses fatos que em tanto influenciaram o nosso destino e são responsáveis, em última análise, pelo progresso que temos desfrutado e pelo conceito que gozamos no cenário mundial.

Têm surgido, diariamente, tentativas de diminuir o significado histórico do movimento democrático de 64, distorcendo realidades que os mais velhos conheceram e trazem bem viva na memória.

As greves políticas que duravam meses, a desorganização econômica, a inversão dos valores, a subversão dos princípios da hierarquia e da disciplina, a incompetência administrativa, o oportunismo político; em suma, a anarquia.

Depois viriam a ditadura, a opressão e o medo, as Forças Armadas, contudo, antecipando-se aos acontecimentos, impediram a implantação de um regime marxista no Brasil.

Após essa fragorosa derrota que teve repercussão em toda a América, as forças de esquerda se traíram, e o País pode, novamente, retomar o caminho do desenvolvimento, fruto natural de um trabalho patriótico, ordeiro, sério e profícuo.

É inegável o progresso experimentado pelo Brasil, em todos os campos, a partir de 64.

Hoje em dia, o seu nome já não consta no rol dos subdesenvolvidos, graças aos nossos próprios esforços. Somos uma Nação admirada, respeitada em todo o mundo.

A crise econômica que, atualmente, assola grande número de países, está sendo vencida por nós, com decisão, com galhardia.

A guerrilha e o terrorismo estão erradicados de nosso território; anseios antigos, como a reforma agrária, estão se realizando de forma pacífica e objetiva. A população já não se encontra desprotegida ante os grandes problemas sanitários. As milhares de casas populares construídas em todo o País, abrigam famílias que, antes, nem um teto possuíam.

O Parque Industrial cresceu e se firmou. A agricultura e pecuária atingiram níveis sem precedentes. As vozes que hoje se levantam contra a revolução, fazendo coro com a nova investida do marxismo na América, são fruto, por certo, do fantasma de uma derrota. Procuram, mais uma vez, por meio da demagogia, conquistar o apoio do povo que, graças à realidade dos fatos, se encontra agora, politicamente maduro e saberá, com segurança, distinguir a promessa vã em consequência do trabalho honesto e produtivo.

Bastante comida é a posição dos que apenas criticam e nada têm de concreto a apresentar. Nunca falham, pois nunca se arriscam a realizar.

Bem diversa tem sido a atitude dos governos revolucionários que, com firmeza e desassombro, têm enfrentado os graves problemas que nos afligem.

Se erros houve, muito mais numerosos foram os acertos.

A situação atual do País está aí para confirmar. Aos radicais, aos alienados, aos que não querem participar, aos maus brasileiros, resta apenas semear a dúvida, o pessimismo, o descontentamento e a perspectiva do caos.

Não se iludam, todavia, esses que tentam retardar o

nosso processo democrático, animados que estão com as recentes ações comunistas na América, Ásia e Europa. Os ideais de 64 são nobres, atuais e válidos, e portanto, devem ser preservados pelas Forças Armadas e pelo povo brasileiro.

Nossas conquistas, nos últimos anos, obtidas à custa de sacrifício, suor e mesmo sangue, são assaz significativas e delas não abriremos mão. A democracia que estamos construindo jamais será sinônimo de fraqueza ou anarquia, muito pelo contrário, será forte, sólida e capaz de se defender das tentativas de imposição de regimes em desacordo com os nossos costumes.

Em 64 o Exército assumiu, mais uma vez, perante a Pátria, o sagrado compromisso de defender seus bens mais caros, entre eles a democracia; hoje compete a todos nós, continuar honrando esse compromisso”.

É isto, Sr. Presidente. Realmente, compete a todos nós, democratas, continuar honrando os compromissos que assumimos perante a Nação, para a preservação da democracia em nosso País. E no instante em que deixo a tribuna, Sr. Presidente, quero ainda prestar a minha grande homenagem ao Presidente da República, apesar dele discordar em muitas ações administrativas do País, principalmente aquelas que se relacionam ao nosso querido Paraná, mas, reconhecer e lhe prestar uma grande homenagem, reconhecendo em Sua Excelência o mas legítimo guardião e defensor da democracia neste País.

Deixou de ser o Presidente da República um tutelado das Forças Armadas, para ser um representante do povo, o homem que jurou fazer deste País uma democracia, e que o fará, sem dúvida alguma, porque a sua postura, as mensagens que tem enviado ao Congresso Nacional, neste sentido, são as mais claras possíveis e evidenciam o seu desejo intransferível de legar ao povo brasileiro uma democracia sólida, soberana, segura; o homem que anistiou, ontem, os nossos irmãos brasileiros que viviam no exílio, e que afirmou a toda a Nação que, lugar de brasileiro era no Brasil; o homem que deu as maiores provas de magnanimidade do seu coração, o homem que realmente sensibiliza-se com os problemas do povo, é esse homem que merece ser homenageado no décimo-oitavo aniversário da Revolução de Março de 64, porque ele está cumprindo — talvez o único Presidente, ele e o ex-Presidente Geisel — estão cumprindo a promessa histórica de transformar este País em uma democracia; Geisel abriu o caminho, ao revogar o AI-5, e João Figueiredo, através de sua coragem, da sua energia, da sua personalidade, está solidificando a democracia em nosso País.

Isto, nem os mais ferrenhos adversários da Revolução podem negar, a Sua Excelência, a sinceridade com que ele vem conduzindo o processo democrático nacional.

Não se diga que as medidas eleitorais enviadas ao Congresso Nacional são casuísticas, não se diga que a vinculação de votos foi para proteger o Partido do Governo. Absolutamente.

A meu ver, caracterizou-se pelo fortalecimento dos partidos políticos, porque democracia não existe sem partido político, democracia não pode ser rua de mão única, bipartidarismo não representa realmente a democracia, e as medidas preconizadas pelo Presidente Figueiredo adotadas pela maioria do Congresso Nacional visam, em última instância, o fortalecimento do pluripartidarismo no País — vinculação de votos, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é “mano a mano”, é “taco a taco”, é “fifteen to fifteen”, é “meio a meio”, não favorece nem Governo e nem Oposição, é o fortalecimento dos partidos, porque o cidadão brasileiro que quer votar na Oposição, ele vota, do Vereador ao Governador do Estado, na mesma forma, o que quer votar no Governo. Onde estão o favorecimento? Ao Partido do Governo?

São essas coisas que precisam ser estudadas, meditadas, e ditas com a mais absoluta isenção e imparcialidade.

Ao terminar minhas palavras, Sr. Presidente, nobres

Srs. Deputados, não quero homenagear o movimento revolucionário de março de 64.

Quero homenagear o povo brasileiro que deu sustentação a este movimento, a esta nossa geração sofrida, que está tendo um ônus terrível, terrível de sustentar o desenvolvimento brasileiro.

Sobre os ombros desta geração, recaem todos os compromissos assumidos pelos governos revolucionários em favor do nosso desenvolvimento.

É verdade que hoje somos uma geração sacrificada, mas temos a consciência, graças a Deus, trazemos no coração a consciência de que estamos preparando uma Pátria melhor. Fugindo ao lugar comum, mas os nossos filhos, os nossos netos, hão de se valer desse sacrifício infindo da nossa geração.

Aquilo que se condena no Governo, política fiscal duríssima, obras nem sempre realizadas no tempo certo — uma antecipação do que será o mundo no Ano 2.000. Isto tem servido de pretexto a ataques incontroláveis de setores da Oposição, porque os homens inteligentes da Oposição — e como os há, em grande maioria, graças a Deus — sabem que tudo o que está sendo feito é necessário que seja feito, para que o País não pare, para que o País continue crescendo, para que os jovens, ao completarem os 18 anos, que ingressam no mercado de trabalho, encontrem realmente o mercado aberto às suas aspirações.

Grandes conquistas fez a Revolução de 64. Cometeu grandes erros. Coloquemos em dois pratos de uma balança bem aferida, os erros e os acertos. Estes, serão infinitamente maiores.

Então a homenagem que quero prestar hoje, não é à Revolução, porque a Revolução para mim não é coisa corpórea; para mim, é um estado de espírito.

A homenagem que quero prestar, é ao povo brasileiro, que com sacrifício, com denodo, com coragem, tem suportado esses anos duros e difíceis que a economia brasileira está vivendo, mas o futuro há de sorrir a esta grande Nação.

A potência emergente que é o Brasil, não poderá ser sopitada, ninguém poderá segurar este País sem também recorrer a nenhum lugar-comum, mas ninguém poderá segurar este País, porque, acima de tudo, nós sabemos, temos convicção, que Deus é brasileiro mesmo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado: — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado: — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 113/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 150/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que dá nova denominação ao



Município de Nova Prata. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”, de Abatiá, na forma e como especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 06/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABATIÁ, com sede e foro na cidade de Abatiá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de março de 1979.

a) GABRIEL MANOEL

#### JUSTIFICATIVA:

Registrada sob número 13, às fls. 10 do Livro “A”, do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Ribeirão do Pinhal, a entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, vem, há mais de um (01) ano, prestando relevantes serviços à comunidade abatiaense, de forma desinteressadamente.

Por outro lado, o corpo diretor da referida Associação não percebe qualquer forma ou tipo de remuneração.

Assim sendo e tendo em vista que a pretensão preenche os requisitos legais, apresentamos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando-se-lhe de o necessário apoio e aprovação final.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 06/79

De autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação Metodista de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Abatiá.

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Abatiá, o que se verifica pelos seus Estatutos anexos. Os membros da sua diretoria não recebem qualquer remuneração, estando preenchidos todos os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

LINEU MANSANI TURRA — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO - ANTIFUMO”, com sede na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 82/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO - ANTIFUMO”, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) RUBEN VALDUGA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### Parecer ao Projeto de Lei n.º 82/81

De autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a “Associação Paranaense Contra o Fumo - Antifumo”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Curitiba, o que se verifica pelos seus Estatutos anexos. Os membros da sua diretoria não recebem qualquer remuneração, estando preenchidos todos os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso Parecer é pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/81, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 126/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

Personalidade conhecida e admirada no cenário jurídico paranaense, o Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA, nascido nesta Capital, tem-se destacado por sua atuação marcante no Tribunal de Justiça do Paraná, ora como sábio julgador, ora como integrante das diversas comissões especiais, tendo sido membro do Tribunal Regional Eleitoral, do Conselho Superior da Magistratura e do Conselho Penitenciário do Estado, ocupando atualmente o cargo de Corregedor da Justiça.

Procedente das fileiras do Ministério Público, o homenageado notabilizou-se pela brilhante carreira marcada pela tenacidade e sabedoria, percorrida através de diversas Comarcas do interior do Estado.

Como se não bastasse sua intensa e profícua atividade como Desembargador, Dr. ACYR SALDANHA DE LOYOLA ainda consegue dar sua inestimável contribuição para a formação jurídica da juventude acadêmica do Paraná, ministrando aulas na qualidade de Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito de Curitiba.

Respeitado nos meios forenses do Estado por sua cultura jurídica, o Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA é merecedor da homenagem que o Estado do Paraná ora lhe presta, como símbolo de gratidão pelos relevantes serviços prestados à nossa gente.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 126/81

O nobre Deputado Jurandir Messias, intenciona com este projeto de lei, agraciar com o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, o ilustre Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA.

Além de estar a iniciativa revestida das características exigidas pela legislação pertinente, ainda traz em seu bojo extenso currículo da insigne personalidade que se pretende destacar.

Assim, somos inteiramente favoráveis à sua aprovação,

nos termos propostos.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, com o apoio do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Dom Geraldo Fernandes, Arcebispo de Londrina, ocorrido em São Paulo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final para os Projetos de Resolução n.ºs 117/81 e 118/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei que cria o Município de Sulina, desmembrado do Município de Chopinzinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Chefe da Casa Civil e Secretário de Estado das Finanças, encarecendo estudos no sentido de serem anistiados os juros, multas e correção monetária incidentes sobre o valor do ICM, das empresas que estão em débito com o fisco estadual. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Previdência e Assistência Social e ao Superintendente do IAPAS, no Paraná, encarecendo seja instalada na cidade de Toledo a Agência da Previdência Social, uma vez que já foi criada oficialmente através da Resolução do IAPAS, sob n.º 87, de 02/12/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja aprovado um pedido de requisição ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos extratos dos processos de prestação de contas dos últimos três exercícios financeiros do FUNRESPOL. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação).

3 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.º de abril, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 113 e 150/81.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 06/79, 82 e 126/81.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/81.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 1.º de abril, quinta-feira, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/81.

Levanta-se a sessão.

## ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

### Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

### R E S O L V E :

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 71/82

designar JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula n.º 092, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Montagem, da Coordenadoria de Imprensa Legislativa, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 25 de janeiro de 1982. (Protoc. 472/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 72/82

autorizar LISPETA PEREIRA RIBEIRO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, no período compreendido entre 11 de março de 1982 a 31 de janeiro de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 082/81. (Protoc. 1086/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 73/82

autorizar MIRIAN BORGES, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos junto ao Departamento Administrativo, no período compreendido entre 10 de março a 31 de dezembro de 1982. (Protoc. 1357/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 74/82

autorizar AMILTON LUIZ FERREIRA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da Diretoria Geral, no período compreendido entre 12 de janeiro a 31 de dezembro de 1982. (Protoc. 231/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 75/82

designar ELOI MEZZADRI, matrícula n.º 365, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 11 de março de 1982. (Protoc. 1391/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 76/82

apósentar, compulsoriamente SILVIA PEIXOTO GRANADO, matrícula n.º 227, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria

desta Assembléia, nos termos do Art. 138, item III, combinado com o Art. 141, ambos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com proventos proporcionais, acrescidos de dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; quatro (04) quinquênios incorporados, nos termos do parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, acrescido de cinquenta por cento (50%) de gratificação por serviços extraordinários.

(Protoc. 168/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 77/82

conceder a MÁRCIA APARECIDA SALDANHA ROCHA, filha solteira do ex-Deputado Estadual Francisco Silveira Rocha, pensão mensal no valor de cinco (05) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, nos termos das Leis n.ºs 4763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1963, com novas redações dadas pelas Leis n.ºs 6468, de 18 de outubro de 1973, 6911, de 02 de setembro de 1977 e 7568, de 11 de janeiro de 1982, a partir do mês de fevereiro último.

(Protoc. 201/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 78/82

autorizar PAULO NOBORU YNOUE, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Antônio Romero Filho, no período compreendido entre 15 de março de 1982 a 31 de janeiro de 1983.

(Protoc. 1366/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 79/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 057/80, que designou para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, o funcionário RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 257, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1450/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 80/82

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 400/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Telefonia, do Departamento Administrativo, o funcionário CARLOS AUGUSTO FERNANDES, matrícula n.º 116, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. 1450/82)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29/03/82.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

#### ATOS DA DIRETORIA GERAL:

##### Portarias:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### RESOLVE:

##### PORTARIA N.º 70/82

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem das férias conforme especifica:

SÉRGIO ZACARIAS — Mat. 406 2 meses 1980

JOSÉ CARLOS PEREIRA

PAIVA — Mat. 180 2 meses 1981

JULIETA ROSA SAMPAIO — Mat. 472 2 meses 1981

(Protoc. n.ºs 204, 422 e 1469/82)

##### PORTARIA N.º 71/82

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de OSVALDO MARQUES, matrícula n.º 380, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo D, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980 e 1981, que deixou de gozar, e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 10 de abril de 1977 e 10 de fevereiro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 807/82)

##### PORTARIA N.º 72/82

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUCY DE MELLO KEINERT, matrícula n.º 300, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a

que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6.º quinquênio, compreendido entre 21 de novembro de 1977 e 21 de novembro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5.º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1977, 1978 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 56/82)

PORTARIA N.º 73/82

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ, matrícula n.º 148, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980 e 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 13 de junho de 1976 e 13 de abril de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 38/82)

PORTARIA N.º 74/82

conceder à funcionária LUCY DE MELLO KEINERT, matrícula n.º 300, ocupante do cargo de Assessor Téc-

nico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tirnta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 02 de abril de 1982.

(Protoc. 1736/82)

PORTARIA N.º 75/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário SILVIO SEBASTIANI, matrícula n.º 466, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1559/82)

PORTARIA N.º 76/82

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ARLETE BELMONT ZEBALLOS, matrícula n.º 235, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. 10321/81)

PORTARIA N.º 77/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula n.º 045, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1561/82)

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/03/82.  
a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral